



A PRESIDENTE DILMA com os governadores Geraldo Alckmin, Luiz Fernando Pezão, Fernando Pimentel, Paulo Hartung e os ministros Joaquim Levy e Aloizio Mercadante

Governadores do Sudeste apoiam reforma do ICMS

Em reunião com Dilma, Hartung e governadores de São Paulo, Minas e Rio manifestaram apoio ao fim da guerra fiscal e fizeram reivindicações

Débora Pedroza

Apoio à unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e à repatriação de recursos de brasileiros não declarados ao Fisco no exterior, entre outros temas. Esse foi o teor da reunião entre os quatro governadores do Sudeste com a presidente Dilma Rousseff, ontem, em Brasília.

O governador Paulo Hartung se reuniu com a Presidente no Palácio do Planalto, acompanhado dos governadores Geraldo Alckmin (São Paulo), Fernando Pimentel (Minas Gerais) e Luiz Fernando Pezão (Rio de Janeiro), além dos ministros da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e da Fazenda, Joaquim Levy.

No encontro, o grupo entregou a pauta de reivindicações dos governos do Sudeste à Presidente e declarou apoio à proposta que unifica as alíquotas interestaduais do ICMS em 4%, entre outras medidas do ajuste fiscal, publicadas ontem por meio de Medida Provisória, no Diário Oficial da União.

O objetivo da proposta do ICMS, aprovada com unanimidade pelos governadores, é acabar com a guerra fiscal entre os estados, re-

baixando a cobrança de impostos em portos e aeroportos para atrair empresas do setor de importação.

“Somos favoráveis à reforma do ICMS e somos totalmente favoráveis à repatriação de dinheiro que está fora do País. Isso pressupõe a criação dos fundos de compensação para os estados produtores, que vão perder receitas”, disse o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

A medida provisória cria os fundos de Compensação e Desenvolvimento Regional para os estados e o de Auxílio à Convergência das Alíquotas do ICMS, que tem como objetivos compensar os estados prejudicados com a possível unificação do imposto e obter investimentos em infraestrutura no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os governadores pediram que a parceria para investimentos por meio destes fundos seja estendida também para outras regiões, incluindo o Sudeste.

Durante a reunião, o grupo reivindicou ainda maior acesso a linhas de crédito para programas estaduais e que os recursos arrecadados com o pagamento de PIS/Pasep e Cofins sejam utilizados para investimentos em obras de saneamento básico.

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, disse que a reunião entre os governadores e a presidente Dilma serviu para que os estados apresentassem ao governo federal “a pauta de interesse”, e confirmou o apoio à unificação do ICMS. “São temas de interesse do Brasil”.

REIVINDICAÇÕES DOS GOVERNADORES

Infraestrutura e logística

Propostas Concessões

- > **APLICAÇÃO** das mesmas condições dadas ao Programa de Concessões da União, concedidas a instituições financeiras públicas federais, aos programas dos governos estaduais.
- > **APOIO FEDERAL**, inclusive por meio de garantia soberana, para acesso a fundos garantidores que alavancam investimentos.
- > **TROCA DE EXPERIÊNCIAS** e compartilhamento de resultados nos processos de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Infraestrutura

- > **PRIORIDADE PARA** o investimento em infraestrutura e logística com

destaque para as áreas de construção civil e também de saneamento básico.

- > **NO CASO** do saneamento básico, propõe-se a reversão das contribuições pagas a títulos de PIS-Pasep/Cofins em investimentos no setor.

Exportação

- > **ATUAR NO INCREMENTO** das exportações, buscando a redução dos custos e a ampliação do crédito.

Segurança pública

- > **INTENSIFICAR** a operação conjunta na área da segurança pública, aprofundando a sinergia entre os governos estaduais e federal.

Fonte: Governo do Estado.



DIVULGAÇÃO

OBRA DE SANEAMENTO BÁSICO: prioridade para investimentos na área

Congresso ameaça barrar proposta de Levy

BRASÍLIA

A proposta de reforma do ICMS apresentada ontem, pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, foi recebida com desconfiança por senadores e alguns governadores.

Eles querem mais garantias sobre os recursos que vão bancar os dois fundos criados por Medida Provisória para compensar as perdas que os estados terão com a unificação das alíquotas do ICMS.

A estratégia de Levy era garantir uma tramitação relâmpago do pacote do ICMS e votar esta semana o projeto de resolução que unifica as alíquotas e o projeto que cria o programa de repatriação de recursos de brasileiros e empresas nacionais no exterior não declarados ao Fisco. A multa sobre esse dinheiro que será regularizado é que vai bancar os recursos dos fundos, de acordo com a MP editada ontem. A previsão do governo é recoller até R\$ 25 bilhões.

Após uma reunião de quase três horas o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que não há acordo para a vo-



AGÊNCIA SENADO

RENAN CALHEIROS: não há acordo

tação do pacote. A reforma — proposta para acabar com a guerra fiscal entre os estados por conta dos benefícios fiscais concedidos para atrair empresas — é a primeira pauta lançada pela equipe econômica com uma agenda pró-crescimento para a fase pós-ajuste fiscal.

O principal impasse apontado por senadores da oposição e até da base aliada é o fato de não haver uma garantia constitucional para os fundos que vão bancar a redução das alíquotas do imposto.

“Vamos equilibrar o caixa do Tesouro até o fim do ano”

As contas do Estado devem se normalizar até o final do ano. Foi o que afirmou a secretária de Estado da Fazenda, Ana Paula Vescovi, durante coletiva para apresentar o resultado do caixa do Tesouro Estadual no terceiro bimestre.

“O ano de 2015 será como um freio de arrumação nas contas públicas. Vamos equilibrar o caixa do Tesouro até o final do ano. Tudo sem aumentar impostos”, afirmou a secretária, destacando a importância de projetos como o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e a aceleração de julgamentos tributários para atingir essa meta.

Ainda segundo a secretária, um déficit de R\$ 279 milhões em maio e junho fez com que o superávit, ao final do primeiro semestre, caísse de R\$ 97,6 milhões, até abril, para R\$ 69,7 milhões. A redução teria sido influenciada, segundo ela, por despesas da saúde.

Entretanto, a secretária ressaltou a eficiência do ajuste fiscal para colocar a economia do Estado no lugar. “A arrecadação de receita está dentro do planejado para o ano. Esse superávit que acumulamos é importante para cobrirmos as despesas do segundo semestre, que são maiores”, afirmou, destacando que gastos como os de pessoal são mais elevados nos últimos seis meses do ano normalmente.

Sobre o reajuste salarial dos servidores, a secretária afirmou que há uma mesa de diálogo. “Os números estão abertos. É a primeira vez que o governo divulga o caixa do Tesouro. O que a gente tem mantido é um diálogo permanente”.

Além disso, a secretária informou que vai participar da próxima reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), no final desta semana, para debater a medida provisória publicada ontem no Diário Oficial da União, que prevê uma compensação aos estados que poderão sofrer com as mudanças na unificação do ICMS.

“A proposta que vai compensar os estados ainda vai ser discutida. O governo ainda precisa apresentar isso formalmente. Em uma reunião anterior, o Estado tinha dado uma sinalização de que apoiaria a reforma, tendo em vista que isso seria um ganho de confiança do Brasil nesse período de crise. Mas foi um voto de confiança, precisamos saber concretamente o que vem com essas medidas”.

LEONARDO DUARTE - 05/05/2015



ANA PAULA VESCOVI: ajustes